

VI SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO

PEDAGOGIA
E PROCESSOS
FORMATIVOS: entre emergências
e insurgências



DEDC-CAMPUS XII
Departamento de
Educação



NEPE
Núcleo de Estudos, Pesquisas
e Projetos em Educação
e Políticas da Universidade
do Estado da Bahia

16 a 19 de agosto

APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS COM OS PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO EM DUAS ESCOLAS NO MUNICÍPIO DE IUIÚ-BA

Dielly Silveira Ribas Lima
E-mail: diellyribas@hotmail.com
Adrielly Silveira Ribas Neves
Tatyanne Gomes Marques
Universidade do Estado da Bahia – UNEB

RESUMO

O presente estudo aborda os princípios pedagógicos e sua concepção etimológica, derivados do latim "principium" e do grego "ARCHÈ". O termo "princípios pedagógicos" engloba a base para a definição de políticas públicas e práticas educacionais diferenciadas, alinhadas a contextos políticos, econômicos, sociais e culturais específicos. O foco se concentra nos seis princípios pedagógicos da Educação do Campo, que fundamentam a identidade das escolas do campo, valorizando os diferentes saberes, espaços e tempos de formação dos sujeitos, a vinculação da escola à realidade dos alunos, a educação como estratégia para o desenvolvimento sustentável e a autonomia e colaboração entre os sujeitos do campo e o sistema nacional de ensino. A pesquisa investiga a aplicação desses princípios em duas escolas no campo do município de Iuiú. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas, análise documental Projeto Político Pedagógico (PPP) e observação. A análise revela práticas pedagógicas que se aproximam dos princípios da Educação do Campo, destacando a valorização dos saberes não escolares, a gestão nucleada, o projeto "Educando com a Família" e o projeto de arborização, contribuindo para o desenvolvimento sustentável. Conclui-se que a identidade da Escola do Campo é construída coletivamente, respeitando as particularidades dos sujeitos e sua relação com a natureza, superando a concepção ultrapassada de educação rural e enfatizando uma abordagem emancipatória e transformadora.

Palavras-chave: Educação do Campo. Princípios pedagógicos. Valorização dos saberes.

INTRODUÇÃO

Ao analisar a trajetória da educação em âmbito nacional, é perceptível a negação dos direitos para os sujeitos do campo desde o início da nossa história, essa educação foi oferecida de forma hegemônica e alienante aos trabalhadores e às trabalhadoras, esse modelo estabelecido tinha o campo como um espaço vazio e um meio propício para o enriquecimento da burguesia. Diante desse cenário, surgiu a luta por uma Educação do Campo que defende um novo projeto de campo e de país baseado na luta de classes; dessa forma, contrária à educação rural que contribui para disseminação da desigualdade social no campo (CALDART, 2009).

VI SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO

PEDAGOGIA
E PROCESSOS
FORMATIVOS: entre emergências
e insurgências



DEDC-CAMPUS XII
Departamento de
Educação



NEPE
Núcleo de Estudos, Pesquisas
e Projetos em Educação
e Políticas Públicas

16 a 19 de agosto

Assim, ao observarmos o percurso da educação brasileira, percebemos a restrição feita apenas para a classe dominante, segundo a sua intencionalidade, a escola não se fazia necessária aos povos do campo daquele período, já que as atividades desenvolvidas não exigiam maiores conhecimentos para além dos já adquiridos cotidianamente. Somente na década de 1990 que o povo camponês recebeu legalmente, nas legislações educacionais, um tratamento diferente em relação ao que até então tinha recebido.

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9394/96 (BRASIL, 1996), ocorreu a desassociação da escola rural dos meios e do desempenho escolar urbano, exigindo para ela um outro olhar, entendendo e valorizando a vida do campo. Cabe ressaltar que, nessa mesma década, fortaleceu-se a luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Com isso, ocorre no ano de 1997 um evento marcante na nossa história, o I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras do Campo, que vai em contrapartida ao conceito de educação rural. Sendo assim, nasce então a terminologia Educação do Campo que, segundo Trindade (2011), surgiu a partir das experiências educativas do PRONERA, cuja origem é vinculada as lutas sociais do povo camponês, e também é um contraponto ao silenciamento do Estado. Depois desse evento, novos rumos foram sendo trilhados para o fortalecimento de uma educação contrária a rural, em uma perspectiva emancipatória e libertadora.

Diante do exposto, as leituras e discussões feitas durante o curso de especialização em Educação do Campo na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), despertou-se um olhar especial sobre duas escolas localizadas no campo, pertencentes ao município de Iuiú Bahia. Buscamos compreender as experiências desenvolvidas nas práticas pedagógicas que se aproximam ou distanciam das concepções e princípios da Educação do Campo. Uma das escolas pesquisadas foi a Escola Municipal Maria Quitéria, que está localizada na comunidade de Casa Armada II, situada a nove quilômetros da sede do município. A outra foi a Escola Municipal Santo Antônio, localizada na comunidade do Batalhão, a quinze quilômetros da área urbana.

Nesse contexto, o objetivo foi pesquisar de que modo as práticas pedagógicas desenvolvidas dentro das instituições de ensino se aproximam ou distanciam dos princípios que regem a Educação do Campo. Percebe-se que esta questão problema obtém um nível de realidade que não pode ser quantificado, isto, demonstra que a pesquisa se caracteriza na perspectiva qualitativa, pois foi embasada na realidade social do município de Iuiú, trabalhando

VI SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO

PEDAGOGIA
E PROCESSOS
FORMATIVOS: entre emergências
e insurgências



DEDC-CAMPUS XII
Departamento de
Educação



NEPE
Núcleo de Estudos, Pesquisas
e Projetos em Educação
e Políticas da Universidade
Estado da Bahia

16 a 19 de agosto

com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações e atitudes (DESLANDES, GOMES e MINAYO, 2013).

Para alcançar esse objetivo, utilizou-se como procedimento de coleta de dados as entrevistas semiestruturadas com professores (as), com a gestão e a análise documental do Projeto Político Pedagógico das escolas e observação das práticas pedagógicas. A escolha pela entrevista semiestruturada se deu por ser mais livre, baseando-se numa relação de pontos de interesse que o/a entrevistador/a vai explorando ao longo da entrevista com o intuito de captar mais informações dando vazão para desdobramentos (MARCONE, LAKATOS, 2003).

Na análise dos dados, os sujeitos são identificados por nomes de pássaros nativos da região. Isto visou preservar a imagem e a identidade dos/as entrevistados/as. É importante ressaltar que todos concordaram de livre e espontânea vontade em participar da entrevista e autorizaram a publicação de suas respostas.

REFERENCIAL TEÓRICO

PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS: CONCEPÇÕES E SIGNIFICADOS

Para iniciar a discursão sobre princípios, faz-se necessário compreender etimologicamente a palavra. É derivada do latim “principium” (HOUAISS, 2001, p. 2300), e conforme Machado (2009) designa verdades ou axiomas iniciais. Ao pesquisar no dicionário de Língua Portuguesa Houaiss (2001, p. 2299), encontram-se várias definições para esse termo, destaca-se aqui um trecho:

[...] o que serve de base a alguma coisa, causa primeira, raiz, razão, ditame moral, regra, lei, preceito; [...] proposição elementar e fundamental que serve de base a uma ordem de conhecimento; lei de caráter geral com papel fundamental no desenvolvimento de uma teoria e da qual outras leis podem ser derivadas; proposição lógica fundamental sobre a qual se apoia o raciocínio; fonte ou causa de uma ação.

Outra definição do termo em questão é advinda da Grécia “ARCHÈ”, sendo conceituada como “[...] aquilo que dá origem a todas as outras coisas.”, essa noção gerada da tradição filosófica clássica da antiga Grécia, quando o termo “princípio foi incluído na filosofia por Anaximandro e muito usado por Platão” (NETO, 2001).

Existem várias outras definições por povos, nações e culturas diferentes, mas é necessário refletir sobre os termos de forma composta: princípios pedagógicos. Sendo assim,

abordamos o termo pedagógico no sentido de um olhar abrangente, em uma visão panorâmica, “Pedagógico é o todo, o pensar-agir da escola com o intuito de produzir conhecimento, mas não dissociado do espaço, do tempo e do trabalho realizado pela escola. Assim, o pedagógico é a articulação desses fatores, objetivando a produção do conhecimento” (SOUZA, 2009, p. 08).

A compreensão e analogia dos termos “princípios pedagógicos” nos levam a compreender de forma ampla o profunda a condução de uma prática e embasamento de uma postura que reflete nas ações. Diante disso, compreende-se como princípio pedagógico a base para a definição de políticas públicas, para um fazer diferente na escola, desde o currículo até de uma práxis pedagógica “que se organiza a partir de um contexto político, econômico, social, institucional e interpessoal” (SOUZA, 2009, p. 07).

Nessa perspectiva, voltamos o olhar para os seis princípios pedagógicos que regem a Educação do Campo apresentados pelo documento “Referências Nacionais para uma Educação do Campo” (BRASIL/MEC, 2004). Tais princípios visam fundamentar a identidade da Escola do Campo baseada na realidade dos sujeitos e, assim, concretizar o conceito de Educação do Campo.

Ao enfatizarmos o termo identidade, entendemos o poder que tem para sustentar e fundamentar as concepções e princípios que sustentam a Educação do Campo. Sendo que esses princípios são comparados com as raízes de uma árvore, que “tiram a seiva da terra (conhecimentos), que nutrem a escola e fazem com que ela tenha flores e frutos (a cara do lugar onde ela está inserida e dos sujeitos sociais a quem se destina).” (BRASIL/MEC, 2004, p. 37). Com base nessa analogia, pontuam-se algumas dessas raízes que fundamentam a escola do campo:

- O papel da escola enquanto formadora de sujeitos articulada a um projeto de emancipação humana.

Este princípio fomenta a formação humana integral, sendo a educação uma potente arma formadora que possibilita ao sujeito se construir enquanto ser social, pensante e emancipado, sendo capaz de refletir sobre sua realidade, problematizar, cooperar e se relacionar eticamente. Nessa perspectiva, a integralidade da educação abrange conhecimentos, atitudes, valores e comportamentos, não se restringindo apenas aos espaços físicos ou temporais, mas ultrapassando toda a vida escolar.

- Valorização dos diferentes saberes no processo educativo.

VI SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO

PEDAGOGIA
E PROCESSOS
FORMATIVOS: entre emergências
e insurgências



DEDC-CAMPUS XII
Departamento de
Educação



NEPE
Núcleo de Estudos, Pesquisas
e Projetos em Educação
e Políticas da Universidade
do Estado da Bahia

16 a 19 de agosto

Com base no documento “Referências para uma Política Nacional de Educação do Campo”, entende-se neste princípio a necessidade da escola considerar e levar em conta os conhecimentos “que os pais, os/as alunos/as, e as comunidades possuem e resgatá-los dentro da sala de aula num diálogo permanente com os saberes produzidos nas diferentes áreas de conhecimento” (BRASIL/MEC, 2004, p. 37).

- Os espaços e tempos de formação dos sujeitos da aprendizagem.

No que diz respeito a esse espaço de aprendizagem, conceitua-se, à luz dos pensamentos de Gohn (2010), alguns desses ambientes que proporcionam aprendizagem, sendo eles: o formal (conteúdos escolares, previamente demarcados), o informal (conteúdos que os indivíduos aprendem em seu processo de socialização: igreja, família, bairro etc.) e o não formal (conteúdos que se aprendem no mundo da vida, via processos de compartilhamento de experiências em espaços e ações coletivas). Nesse sentido, sabe-se que educar não se caracteriza apenas em instituições, mas perpassa por ambientes diferentes. A aprendizagem é constante independente de tempos e/ou espaços.

- O lugar da escola vinculado à realidade dos sujeitos.

Este princípio nos remete aos pensamentos de Caldart (2004, p. 93) de que “é a escola que deve ajustar-se, em sua forma e conteúdo, aos sujeitos que dela necessitam; é a escola que deve ir ao encontro dos educandos, e não ao contrário”. As legislações brasileiras nos respaldam que a escola precisa estar onde os sujeitos estão, como menciona o artigo 6º das Diretrizes Operacionais (BRASIL, 2008) garantindo a Educação Infantil e Ensino Fundamental nas comunidades rurais e instituindo a colaboração entre os entes federados condições necessárias para o acesso ao Ensino Médio e à Educação Profissional de Nível Técnico.

- A educação como estratégia para o desenvolvimento sustentável.

Partindo da perspectiva de pensar o desenvolvimento a partir das ações educativas, permite considerar os aspectos da diversidade, do contexto histórico de cada comunidade, e se sustentar por paradigmas da sustentabilidade que propõe novas relações entre pessoas e natureza, entre os seres humanos e demais seres do ecossistema sendo eles bióticos ou abióticos. Assim, a educação deve primar pela “sustentabilidade ambiental, agrícola, econômica, social, política, cultural, a equidade de gênero, racial, étnica e intergeracional” (BRASIL/MEC, 2004, p. 39).

- A autonomia e colaboração entre os sujeitos do campo e o sistema nacional de ensino.

Por fim, este princípio nos remete a pensar sobre a heterogeneidade do campo, de forma que não se pode construir uma política pública de educação idêntica para todos os povos do campo, isso se refere ao termo equidade que contrapõe o sentido de igualdade, propondo a justiça social, dando mais a quem tem menos e menos a quem tem mais. Outro ponto significativo desse princípio é pensar as políticas nacionais de forma específica a cada região levando em consideração os aspectos sociais, econômicos, culturais e religiosos, dessa maneira valoriza e reconhece a diversidade brasileira.

PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO E SABERES DAS PRÁTICAS DOCENTES

A identidade da Escola do Campo não é construída por teorias, espaços geográficos, ideologias e pensamento homogêneo. Mas, essa identidade é construída coletivamente, partindo da realidade e das experiências dos sujeitos, a identidade das escolas do campo “deve estar vinculada a uma cultura que se produz por meio de relações mediadas pelo trabalho, entendendo trabalho como produção material e cultural de existência humana” (BRASIL/MEC, 2004, p.35).

Ao entendermos a escola como lugar de luta, direito e reconhecimento de culturas e identidades, buscamos por meio desta pesquisa investigar de que modo as práticas pedagógicas desenvolvidas dentro das duas escolas no campo pertencentes ao município de Iuiú se aproximam ou distanciam dos princípios que regem a Educação do Campo.

A Escola Municipal Maria Quitéria, localizada na comunidade de Casa Armada II, foi fundada no ano de 1982. Segundo o professor Bem-te-vi, o nome da escola foi escolhido para homenagear à magnífica Maria Quitéria e o nome da comunidade se relaciona com um córrego que passava próximo à localidade conhecido como Riacho de Casa Armada. O prédio dessa escola é constituído por uma sala, um banheiro e um almoxarifado. Atende a alunos de classe multisseriada da Educação Infantil ao 5º ano do Ensino Fundamental.

A Escola Municipal Santo Antônio, situada na comunidade do batalhão foi fundada em 1984, que segundo o PPP, este nome foi escolhido pela própria comunidade de forma coletiva, pois os moradores têm devoção por esse santo. Já o nome da comunidade se originou devido a

VI SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO

PEDAGOGIA
E PROCESSOS
FORMATIVOS: entre emergências
e insurgências



DEDC-CAMPUS XII
Departamento de
Educação



NEPE
Núcleo de Estudos, Pesquisas
e Projetos em Educação
e Políticas da Bahia

16 a 19 de agosto

uma festa que tinha e havia 19 moças dançarinas pertencentes ao local, elas dançavam a noite toda e por isso recebeu o nome de Batalhão 19. O prédio é constituído por duas salas e um banheiro, atende alunos de classe multisseriada da Educação Infantil ao 5º ano do Ensino Fundamental.

O primeiro passo da pesquisa foi analisar o PPP da escola. Este documento é único para todas as escolas localizadas no campo, foi elaborado no ano de 2015 e não houve nenhuma reformulação até o momento da pesquisa. Um dos pontos marcantes durante a análise do documento foi a presença do termo “rural” e raramente há o uso do termo “campo”. Em um dos tópicos intitulado como “Concepções de Educação”, há uma discussão acerca de uma educação emancipatória e baseada nos marcos legais da Educação do Campo, mas o termo utilizado no documento é “Educação Rural”.

Mesmo que aparentemente é apenas uma nomenclatura empregada erroneamente, precisamos problematizar esse conceito.

Historicamente, o conceito educação rural esteve associado a uma educação precária, atrasada, com pouca qualidade e poucos recursos. Tinha como pano de fundo um espaço rural visto como inferior, arcaico. Os tímidos programas que ocorreram no Brasil para a educação rural foram pensados e elaborados sem seus sujeitos, sem sua participação, mas prontos para eles. (FERNANDES E MOLINA, 2004, p. 09).

A luta traçada há décadas pelo movimento “Por uma Educação do Campo” rompe com essa perspectiva. O campo não é um espaço geográfico propício para a perpetuação das desigualdades sociais e multiplicação do capitalismo, mas compreende como espaço de vida e resistência. À luz dos pensamentos de Fernandes e Molina (2004), compreendemos o campo como lugar onde os camponeses lutam por acesso e permanência na terra, buscando edificar e garantir um modo de vida que respeite as diferenças na relação com a natureza, com o trabalho, sua cultura e suas relações sociais.

Além da análise do PPP, a coleta dos dados foi feita também por meio de entrevistas semiestruturadas com um coordenador, uma gestora e quatro professores(as). Nos desdobramentos dos dados coletados por meio da entrevista, é perceptível nas práticas pedagógicas aproximações relevantes com os princípios que regem a Educação do Campo. Um dos pontos exitosos foi no que diz respeito à valorização dos saberes não escolares, informais ou populares.

VI SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO

PEDAGOGIA
E PROCESSOS
FORMATIVOS: entre emergências
e insurgências



DEDC-CAMPUS XII
Departamento de
Educação



NEPE
Núcleo de Estudos, Pesquisas
e Projetos em Educação
e Políticas Públicas

16 a 19 de agosto

Mediante as afirmações da gestora Beija-flor, o currículo escolar e as temáticas trabalhadas são pensadas e construídas de forma que valorizem as experiências e os conhecimentos prévios dos estudantes.

Quando pensamos em executar um projeto na escola, logo analisamos como ele pode dialogar com a realidade e as experiências dos alunos. Um exemplo disso, é o projeto da horta orgânica que desenvolvemos. Por meio dele os alunos tiveram a oportunidade de expor seus conhecimentos e também cremos que isso fortalece a agricultura familiar. (BEIJA-FLOR, MAIO, 2022).

Essa fala nos remete ao princípio pedagógico da valorização dos diferentes saberes no processo educativo. Sabe-se que o conhecimento faz parte do ser humano, e todos levam consigo experiência e saberes construídos nos mais diversos espaços. Dessa maneira, “[...] a escola precisa levar em conta os conhecimentos que os pais, os/as alunos/as, as comunidades possuem, e resgatá-los dentro da sala de aula num diálogo permanente com os saberes produzidos nas diferentes áreas de conhecimento” (BRASIL/MEC, 2004, p. 37).

Outro fator interessante encontrado durante a pesquisa foi o modelo de gestão dessas escolas que é nucleada, “A gestão nucleada existe nas escolas do campo que, por sua característica comum de pequeno porte ou de única classe, tem um (a) gestor (a) que atende a mais de uma escola. Assim, tem que se deslocar entre esses estabelecimentos de ensino” (SILVA, 2021, p. 116). Mas, segundo relatos da equipe gestora, não há muitos entraves para fazer um bom trabalho e garantir o funcionamento das instituições.

Outra ação relevante desenvolvida nessas escolas, em consonância com os princípios da Educação do Campo, é um projeto transversal que está sendo desenvolvido, sendo intitulado “Educando com a Família”. Segundo relatos dos/as professores/as e da gestão, já é perceptível os resultados positivos desse projeto, pois o estreitamento desse vínculo escola/família e o apoio no processo ensino/aprendizagem são significantes e imprescindíveis.

Além dessa colaboração no aprendizado dos alunos, outra relevância desse projeto é o diálogo que a escola estabelece com a realidade dos sujeitos. Isso é evidente na fala do professor Sabiá (2022) “Com a aproximação das famílias no espaço escolar, foi possível entendermos e dialogarmos ainda mais com a realidade dos alunos, pois conseguimos perceber elementos socioculturais que antes não conhecíamos”.

Nessa perspectiva, remetemos ao princípio pedagógico do lugar da escola vinculado à realidade dos sujeitos, pois a “escola do campo é uma concepção que está vinculada à realidade

VI SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO

PEDAGOGIA
E PROCESSOS
FORMATIVOS: entre emergências
e insurgências



DEDC-CAMPUS XII
Departamento de
Educação



NEPE
Núcleo de Estudos, Pesquisas
e Projetos em Educação
e Políticas Públicas

16 a 19 de agosto

dos sujeitos, realidade esta que não se limita ao espaço geográfico, mas que se refere, principalmente, aos elementos socioculturais que delineiam os modos de vida desses sujeitos” (BRASIL/MEC, 2004, p. 38).

Outro princípio que foi identificado nas práticas pedagógicas dessas escolas é o da educação como estratégia para o desenvolvimento sustentável. Mediante os dados coletados no PPP da escola e nas falas dos professores, há um projeto de arborização nas escolas do campo que vigora desde o ano de 2015. Além do plantio de árvores nativas da região, ainda é trabalhada a interdependência entre ser humano e natureza.

RESULTADOS E DISCUSSÃO/RELATO DE EXPERIÊNCIA

Através da análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas, entrevistas com gestores e professores/as, e as observação das práticas pedagógicas, foram encontradas aproximações relevantes com os princípios da Educação do Campo. Uma das principais constatações foi a valorização dos diferentes saberes no processo educativo. As escolas buscaram resgatar os conhecimentos prévios dos estudantes e estabelecer um diálogo permanente entre esses saberes populares e os saberes produzidos nas diferentes áreas do conhecimento.

Outra importante ação foi o estreitamento do vínculo entre escola e família através do projeto "Educando com a Família". Essa aproximação permitiu à escola compreender melhor a realidade dos alunos, seus elementos socioculturais e necessidades específicas. Em relação com a realidade dos sujeitos está diretamente ligada ao princípio do lugar da escola vinculado à realidade dos sujeitos. Um dos aspectos mais relevantes observados nas práticas pedagógicas foi o projeto de arborização das escolas, que ocorre desde 2015. Esse projeto demonstra a preocupação com o desenvolvimento sustentável, enfatizando a interdependência entre ser humano e natureza, de acordo com o princípio da educação como estratégia para o desenvolvimento sustentável.

Por outro lado, foi identificado um aspecto problemático relacionado à nomenclatura empregada no PPP das escolas. Ao utilizar o termo "educação rural" em vez de "educação do campo", há uma perpetuação de conceitos ultrapassados e preconceituosos sobre o campo e suas práticas educativas. Esse ponto merece atenção e correção para que a identidade da escola do campo seja construída de forma coerente com os princípios que a norteiam. A gestão

VI SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO

PEDAGOGIA
E PROCESSOS
FORMATIVOS: entre emergências
e insurgências



DEDC-CAMPUS XII
Departamento de
Educação



NEPE
Núcleo de Estudos, Pesquisas
e Projetos em Educação
e Políticas da Universidade
do Estado da Bahia

16 a 19 de agosto

nucleada das escolas, embora funcione bem, pode apresentar desafios adicionais para o(a) gestor(a) em razão do deslocamento entre as escolas. Essa questão deve ser acompanhada de perto para garantir o bom funcionamento das instituições e o atendimento adequado aos alunos.

CONCLUSÃO

Diante das discussões apresentadas, compreendemos que a Educação do Campo é uma concepção de educação emancipatória, pois busca formar sujeitos autônomos e conscientes de seus direitos enquanto classe trabalhadora. Essa concepção de Educação utiliza um método de aprendizagem que parte da realidade dos camponeses por meio do trabalho e da vida social, contribuindo na formação de uma classe organizada coletivamente para lutar pelos seus direitos.

Com base nas reflexões feitas no decorrer da pesquisa, vemos que novos olhares têm sido lançados sobre a Educação do Campo e seus princípios, indo além dos ambientes escolares materializados e abrangendo os aspectos socioculturais e políticos. Contudo, ainda é possível identificar algumas lacunas no que diz respeito a termos utilizados pelos profissionais atuantes nas instituições de ensino. Há elementos que ainda carregam ranços de um modelo de educação empobrecida, principalmente quando remetemos às termologias utilizadas no PPP. É importante ressaltar a necessidade de corrigir a nomenclatura empregada no PPP das escolas, substituindo "educação rural" por "educação do campo" para refletir adequadamente os princípios que regem essa modalidade de ensino.

Diante das análises dos dados, é possível afirmar que há aproximações significantes nas práticas pedagógicas dessas duas escolas pesquisadas. Algumas das ações desenvolvidas nesses espaços dialogam com os princípios que regem a Educação do Campo, enfatizando o projeto "Educando com a Família" que fortalece esse pertinente vínculo entre a escola, família e comunidade, bem como a valorização da cultura, dos saberes e da identidade.

Nessa mesma perspectiva, outra ação exitosa desenvolvida pelas escolas é o projeto de arborização feito no espaço escolar, não se limitando apenas no plantio de árvores, mas trazendo a reflexão da valorização das plantas nativas da região e proporcionando o estreitamento do vínculo ser humano/natureza.

Diante dos expostos, sabe-se que é necessário avançar ainda mais no que diz respeito à aproximação das ações com a Educação do Campo. Tal necessidade não é apenas responsabilidades das escolas, mas tem respaldo em diversos âmbitos da sociedade, bem como

VI SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO

PEDAGOGIA
E PROCESSOS
FORMATIVOS: entre emergências
e insurgências



DEDC-CAMPUS XII
Departamento de
Educação



NEPE
Núcleo de Estudos, Pesquisas
e Projetos em Educação
e Políticas Públicas

16 a 19 de agosto

no setor público que reconhece o direito das populações do campo em dispor de escolas diferenciadas e contextualizadas de acordo aos seus interesses e anseios, numa perspectiva que venha cooperar para a formação integral do homem do campo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96**. Brasília. DF: MEC, 1996.

BRASIL. MEC. **Referências para uma política nacional de educação do campo**: caderno de subsídios. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo. M. N. Ramos, T. M. Moreira & C. A. dos Santos (coordenação). (2ª.Ed). C. BRASÍLIA. DF: MEC/SECAD, 2004.

CALDART. R.S. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. *In*: ARROYO, M.; CALDART, R. S e MOLINA, M. C. (org.). **Por Uma Educação do Campo**. Vozes, 2004.

CALDART, R. S., PALUDO, C. e DOLL, J.. (2006). **Como se formam os sujeitos do campo?** Idosos, Adultos, Jovens, Crianças e Educadores (org.) Brasília: Pronera/NEAD., 2004.

FERNANDES, B. M.; MOLINA, M. C. O campo da educação do campo. *In*: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo (Orgs.). **Educação do Campo**: contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo. v. 5. 2004, p.9-12.

GOHN, M. da. **Educação não formal e o educador social**: atuação no desenvolvimento de projetos sociais (Coleção questões da nossa época). (v.1). São Paulo: Cortez, 2010.

HOUAISS, A; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Bancos de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.



LAKATOS, E. M, MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINAYO, M. C.S; D, S. F; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 33 ed. Petrópolis: Vozes, 2013, 108p.

MACHADO, G. do N. S. **Panorama histórico dos princípios jurídicos: da subsidiariedade à normatividade**. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, 71, 01/12/2009 [versão eletrônica]. Disponível em: < http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6979 > Acesso em: junho 2022.

NETO. J. B. S. **Princípios constitucionais - obrigatoriedade - uma realidade do estado de direito**. 2001. Disponível em: < <http://www.robertexto.com> >. Acesso em: junho 2022.

SILVA, Priscila Teixeira da. **Da mandioca à farinha: aproximações e distanciamentos entre educação do campo e gestão escolar no território Sertão Produtivo-Ba**. 2021. 209 p. Tese (Doutorado em Educação e Contemporaneidade) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, Bahia. 2021.

SOUZA, J. F. de. **Prática pedagógica e formação de professores**. In: J. B. Neto & E. Santiago Eliete. *Prática Pedagógica e Formação de Professores*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

TRINDADE, Domingos Rodrigues da. **O potencial da licenciatura da Educação do Campo da Universidade de Brasília para a produção de ações contra-hegemônicas: um estudo de caso no assentamento Itaúna em Planaltina de Goiás**. 2011. 167 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília. 2011.